

## UM OLHAR COMUNICACIONAL SOBRE O PROJETO “EM RODA: MOVIMENTOS DE CUIDADO E AMPARO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM SÃO LUÍS”

Ana Carolina Rabelo de Lima Cavalcanti<sup>1</sup>

Sofia Castro Marques<sup>2</sup>

Larissa Maria dos Santos Baia<sup>3</sup>

Ramon Bezerra Costa<sup>4</sup>

### Resumo

O artigo analisa o projeto “Em Roda: movimentos de amparo e acolhimento a mulheres em situação de violência em São Luís”, desenvolvido no âmbito de uma igreja evangélica, como prática comunicacional voltada ao enfrentamento da violência doméstica. A partir de Muniz Sodré (2014), compreende-se a comunicação como processo de vinculação social, articulando também contribuições de autoras como Lélia Gonzalez (2020), Heleieth Saffioti (2004), Bell Hooks (2018) e Judith Butler (2020). A pesquisa adota abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e relato de experiência. Nesse sentido, discute-se como a comunicação contribui para a construção de novos sentidos sobre gênero, fé e dignidade, promovendo o acolhimento e tensionando discursos que legitimam a violência.

**Palavras-chave:** Violência doméstica; Comunicação; Gênero; Religião; Vinculação social.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Comunicação Social - Rádio TV Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora Voluntária do Grupo ETC. Email: ana.crlc@discente.ufma.br

<sup>2</sup> Graduanda em Comunicação Social - Relações Públicas na Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora Voluntária do grupo ETC. Email: sofia.cm@discente.ufma.br

<sup>3</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora e membro do Grupo de Pesquisa ETC. E-mail: lari.baia.000@gmail.com

<sup>4</sup> Orientador do trabalho e doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador do Grupo de Pesquisa ETC. E-mail: ramon.bezerra@ufma.br

## INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar é um desafio estrutural na sociedade brasileira, manifestando-se de forma multifacetada e impactando desproporcionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social. Diante desse cenário complexo, que vai além da esfera individual e se relaciona de forma direta com questões de gênero, raça e classe, o engajamento de instituições comunitárias, como as religiosas, surge como uma possibilidade de transformar espaços de fé em locais de acolhimento e apoio. É nesse contexto que o projeto “Em roda: Movimentos de amparo e acolhimento a mulheres em situação de violência em São Luís” está inserido. Uma iniciativa da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de São Luís, com o objetivo de debater questões ligadas a gênero e violência doméstica dentro do âmbito religioso e tornar esse espaço um ambiente seguro de acolhimento.

No contexto do projeto, destaca-se a ação “Nem Tão Doce Lar”, iniciada em 2006 pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) - uma organização sem fins lucrativos que atua em diversas regiões do Brasil e apoia iniciativas que promovam justiça social e direitos humanos. A ação “Nem Tão Doce Lar” foi incorporada ao projeto “Em roda” com o intuito de ampliar o alcance das discussões e sensibilizar diferentes públicos para os sinais de violência doméstica e familiar, utilizando estratégias interativas e educativas.

A conexão entre o projeto e a participação acadêmica foi viabilizada pelo grupo de pesquisa ETC Hub – Comunicação, Tecnologias e Economias da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), do qual fazemos parte. O grupo tem como foco o estudo de práticas comunicacionais em contextos de inovação social, comunicação comunitária e tecnologias emergentes, e atua como articulador entre instituições, comunidades e projetos de impacto social.

Desse modo, este relato tem como objetivo refletir sobre o processo comunicacional do projeto “Em roda: movimento de cuidado e amparo a mulheres em situação de violência em São Luís”, à luz do conceito de vinculação social de Muniz Sodré (2014). Buscamos investigar de que maneira a comunicação contribui para a construção de novos sentidos, para a elaboração de narrativas de gênero e para a contestação de discursos que legitimam a violência no contexto evangélico. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e em

relato de experiência, ancorado em nossas vivências como estudantes do grupo de pesquisa ETC da Universidade Federal do Maranhão, durante a execução das atividades do projeto.

Nesse percurso, além de acolher mulheres em situação de violência e contribuir para o enfrentamento da violência doméstica, o projeto também buscou promover a ressignificação do papel da fé para os presentes, rompendo estigmas ao valorizar a escuta das experiências femininas e reafirmar o compromisso da Igreja com a justiça social e a dignidade da vida. Para a análise, mobilizamos as contribuições de Lélia Gonzalez (2020) e Heleieth Saffioti (2004), que compreendem a violência doméstica como um fenômeno estrutural e transversal; de bell hooks (2018), que a interpreta como expressão de uma cultura de dominação; e de Judith Butler (2020), que problematiza as construções negativas em torno das pautas de gênero no âmbito das instituições religiosas.

O trabalho do "Em Roda" consiste em um contra-fluxo, ao utilizar a comunicação para ressignificar crenças e mostrar que a fé e a dignidade feminina não são incompatíveis, mas interdependentes. Ao abrir suas portas para ações como a exposição itinerante "Nem Tão Doce Lar" e a "Oficina de Acolhedores e Acolhedoras", a Igreja Luterana de São Luís rompeu com a ideia de que a violência doméstica é um tabu, criando um espaço de acolhimento onde a partilha de experiências se tornou possível.

Por fim, a pesquisa contribui para os campos da comunicação social e dos projetos de impacto social, oferecendo um estudo de caso relevante e replicável. Ela reitera que, ao utilizar a comunicação de forma intencional, é possível construir ambientes onde mulheres em situação de violência se sintam amparadas para buscar ajuda.

## 2 COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO DE VINCULAÇÃO SOCIAL

Antes de aprofundarmos a análise do projeto e de suas contribuições para o enfrentamento da violência de gênero e familiar, consideramos fundamental compreender a comunicação como um processo intrinsecamente ligado à constituição do sujeito enquanto integrante da sociedade. Essa perspectiva nos permite entender que o projeto “Em Roda” não apenas atua no combate a esse tipo de violência, mas também contribui para a construção de outros sentidos sobre o que é família, seus limites e, sobretudo, para a ampliação das possibilidades de compreensão dessas violências.

O vínculo pode ser compreendido como um elo por meio do qual a realidade, as experiências e os sujeitos são elaborados (Costa, 2018, p. 105). Nesse sentido, a comunicação se caracteriza pela instauração desse vínculo, entendido não como uma substância, mas como uma relação construída entre sujeitos. Trata-se do “comum”, isto é, do compartilhamento de referências socialmente produzidas, em um processo anterior à linguagem e à produção de sentidos, que fundamenta a existência social (Sodré, 2014).

Assim, Costa (2018) destaca que é nos processos de vinculação social que os sujeitos se constituem, sendo a comunicação um mecanismo de organização das relações e de construção desse “comum”. Nessa perspectiva, a existência em sociedade depende da criação de vínculos com o outro, seja pessoa, objeto ou qualquer elemento que nos afete, pois é nessa relação que se constroem as experiências e os sentidos.

Inspirados na concepção de comunicação como constituição do sujeito, apresentada por Muniz Sodré (2014), compreendemos que o projeto “Em Roda” se configura como uma prática simbólica capaz de instaurar sentidos e valores. Essa dinâmica contribui tanto para o acolhimento de mulheres em situação de violência quanto para o enfrentamento da violência doméstica. Além disso, possibilita a construção de novos entendimentos sobre o papel da fé na vida das mulheres. Ao emergir de uma organização religiosa evangélica, o projeto rompe estigmas ao valorizar a escuta qualificada das experiências femininas, reafirmando o compromisso de uma Igreja com a justiça social e a dignidade da vida.

Em muitos contextos evangélicos conservadores, o conceito de gênero ainda é visto como ameaça à fé cristã, sendo rejeitado e associado a uma suposta “ideologia” contrária à Bíblia. Butler (2024) aponta que discursos antigênero alimentam hostilidade e dificultam avanços em pautas como o combate à violência doméstica. Nessa linha, Gonzalez (2020) mostra como leituras moralistas e rígidas das Escrituras reforçam estruturas patriarcais,

silenciam mulheres em situação de violência e legitimam submissão e obediência como virtudes cristãs.

Diante disso, o projeto “Em Roda” ganha relevância por promover escuta, acolhimento e mobilização a partir de dentro da Igreja, desafiando discursos que naturalizam a violência e assumindo um compromisso ético com a transformação social. Mais do que acolher vítimas, o projeto estimula reflexão sobre o papel dos espaços religiosos como lugares de proteção, cuidado e denúncia, fortalecendo redes de apoio no enfrentamento da violência doméstica e familiar nos lares maranhenses. A construção de um outro sentido de existência.

### **3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

A violência doméstica é um fenômeno complexo, multifacetado, socialmente difundido que se manifesta para além da agressão física, abrangendo várias formas de abuso dentro do ambiente familiar ou íntimo. Essa violência é um fenômeno estrutural, resultado das relações de gênero e poder que regem a sociedade, enraizado em um sistema patriarcal que naturaliza a submissão das mulheres (Saffioti, 2004). Assim, a Organização Mundial da Saúde (OMS), caracteriza qualquer comportamento violento que resulte em dano físico, sexual, psicológico ou econômico contra indivíduos dentro de uma dinâmica de convivência familiar ou afetiva, como violência doméstica (World Health Organization, 2002).

Segundo o art. 7º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher pode se manifestar de diferentes formas, como a violência física (BRASIL, 2006, art.7º). Assim, qualquer agressão com o objetivo de ferir o corpo, deixando ou não marcas visíveis; psicológica – qualquer conduta que cause danos à saúde psicológica e à autodeterminação do indivíduo; sexual – caracterizada por atos sexuais sem o consentimento da vítima, com ou sem violência física; patrimonial – roubar, danificar, destruir objetos, documentos, bens e/ou recursos econômicos; e, por último, moral – qualquer ato que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006, art.7º).

Com isso, entendemos que durante a socialização dos indivíduos em uma cultura de dominação, nós somos levados a acreditar que a violência é um meio aceitável de controle social. Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça de que castigos abusivos, físicos ou psicológicos serão usados sempre que estruturas hierárquicas em exercício forem ameaçadas, seja em um relacionamento heteronormativo, na relação entre pais ou mães e crianças ou entre cuidadores e idosos. (Hooks, p. 57, 2018)

Dessa forma, diversos grupos podem ser afetados pela violência doméstica: mulheres – principais vítimas, sofrem coerção emocional e dependência financeira, dificultando as

denúncias; crianças e adolescentes – expostos a abusos físicos, psicológicos, sexuais e negligência por parte de cuidadores; idosos – vítimas de abandono, maus-tratos físicos e exploração financeira, muitas vezes por parte de familiares próximos; e população LGBTQIA+, em que conflitos normalmente surgem da falta de diálogo e da imposição da heterossexualidade como padrão, levando a abusos como indiferença, controle, ameaças e agressões (Saffioti, 2004).

### **3.1 Violência contra mulher na cidade de São Luís no Maranhão**

A Lei Maria da Penha foi um marco nas lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. Criada a partir da história de Maria da Penha, uma farmacêutica que sobreviveu a duas tentativas de homicídio por seu marido, reforçou a proteção das mulheres e a punição dos agressores. De acordo com o art. 5º, a violência doméstica e familiar contra a mulher é "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial" (BRASIL, 2006, art. 5º).

Um estudo do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizado em 2023, com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico das mulheres em situação de violência doméstica, aponta que a maioria das vítimas são mulheres autodeclaradas pretas e pardas, com renda mensal de até um salário mínimo, com filhos, sem acesso à moradia formal e com escolaridade média ou inferior. Nesse contexto, um maior nível de escolaridade pode ser um fator de proteção, pois facilita o acesso à informação e aos serviços de apoio (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, 2024).

Voltada para a realidade maranhense, a Pesquisa Estadual do Instituto de Pesquisa DataSenado de Violência Contra a Mulher no Maranhão, realizada em novembro de 2023, revelou que 25% das mulheres do estado já haviam sofrido algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Quanto ao conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, o levantamento mostra que 72% das mulheres do Maranhão conhecem pouco sobre a lei, e que na percepção de 43% delas a lei protege apenas em parte as mulheres contra a violência doméstica e familiar (Datasenado, 2023).

Assim, é possível compreender que a violência doméstica possui marcadores importantes de raça e renda. A pesquisa realizada no estado do Amazonas confirma percepções também observadas entre mulheres maranhenses: embora a lei represente um

avanço no enfrentamento à violência, sua proteção ainda não se efetiva de forma integral, sendo mais eficaz entre grupos socialmente privilegiados. Nesse sentido, a violência doméstica é um fenômeno transversal, que não reconhece fronteiras de classe social ou raça/etnia; contudo, grupos mais abastados dispõem de maiores recursos políticos e econômicos para lidar com o problema (SAffioti, 1994, p. 168).

Desse modo, concluímos que a violência contra a mulher não é um problema individual, mas uma manifestação das estruturas sociais que historicamente oprimem mulheres, especialmente negras e pobres. O sexismo, o racismo e a desigualdade social são dilemas estruturais e intrinsecamente ligados a violência doméstica.

### **PROJETO “EM RODA: MOVIMENTOS DE CUIDADO E AMPARO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM SÃO LUÍS”**

O projeto "Em Roda: Movimentos de Amparo e Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência em São Luís", surgiu na Igreja Evangélica de Confissão Luterana de São Luís, no bairro do São Cristóvão, na periferia da cidade maranhense. Busca promover debates sobre violência de gênero em um ambiente cristão, oferecendo um espaço de reflexão e apoio. Teve início após a Igreja receber a exposição *Nem Tão Doce Lar* em 2022, em que a Pastora Franciele Sander percebeu a necessidade de um projeto próprio da Igreja que pudesse também englobar outras ações.

A principal ação é a “*Nem Tão Doce Lar*”, uma casa-exposição itinerante e interativa, realizada na Igreja Luterana e na faculdade Edufor, e a Oficina de Acolhedores e Acolhedoras, promovida na Casa da Mulher Brasileira com profissionais do direito que buscam discutir questões jurídicas e sociais da violência doméstica e familiar. O projeto é composto por mulheres da comunidade luterana de São Luís, que cuidam principalmente da organização das ações e da articulação com órgãos públicos e privados de São Luís, além de nós, estudantes de comunicação da UFMA, e nossa orientadora Larissa dos Santos Baia, responsável pela ponte entre a universidade e o projeto.

Um dos objetivos mais relevantes é a conscientização da comunidade sobre um tema que em outras comunidades evangélicas costuma ser negligenciado. Isso vai em contraponto à influência dos discursos patriarcais na construção de subjetividades femininas, que por vezes se mantêm em situações de violência legitimadas por interpretações bíblicas, discurso propagado principalmente em igrejas pentecostais e neopentecostais (Machado, 2004).

## **O OLHAR COMUNICACIONAL SOBRE O PROJETO “EM RODA: MOVIMENTOS DE AMPARO E ACOLHIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM SÃO LUÍS”**

A abordagem do projeto pode servir de inspiração para outras iniciativas e destacar o seu diferencial, já que para muitas comunidades evangélicas e católicas ao redor do mundo, questões relacionadas a gênero se tornaram conhecidas como um conjunto de ideias que busca se opor à estrutura do modelo tradicional de família e à religião, “Um rival contemporâneo e perigoso de Deus, a ser combatido ou destruído a qualquer custo.” (BUTLER, 2024, p.14)

Essas ações de distorção e manipulação do conceito de “gênero”, de certa forma, minam os direitos das mulheres e minorias sociais, pois são utilizadas por poderes existentes, como Estados e Igrejas, para criar um ambiente de hostilidade, medo e exclusão, em que as pessoas são levadas a aceitar censuras e externalizar seu ódio contra classes vulneráveis. Segundo Butler, isso cria barreiras para o progresso social e político de pautas ligadas ao gênero como a violência doméstica, e se torna um impedimento para que mulheres e outras minorias consigam proteções efetivas pela sociedade.

Assim, é fundamental analisar o impacto da presença de um projeto sobre violência doméstica e de gênero em uma instituição evangélica localizada na periferia de São Luís. Para a pastora Franciele Sander, coordenadora do projeto, esses discursos negativos acerca de gênero impactam profundamente as pessoas que vivem em ambientes periféricos, por conta de seu caráter violento. Por exemplo, ao determinar que mulheres pertencem a posições de submissão em relação aos homens, e ao utilizar o argumento do “arrepentimento” contra parceiros violentos, são utilizados versículos bíblicos de forma distorcida para corroborar com a situação, em uma leitura fundamentalista seletiva de lideranças religiosas.

Quando as Igrejas são utilizadas para a disseminação de mentiras, como ao utilizar o termo “ideologia de gênero” para tentar assustar as pessoas, além de tornar o ambiente um solo fértil para a disseminação de ódio contra minorias, mulheres já vulneráveis pela sua posição social se tornam ainda mais suscetíveis a permanecerem em relacionamentos abusivos e violentos sem procurar ajuda.

Em relação ao processo comunicacional, entendemos, a partir da perspectiva de Sodr , que os modos de vida s o originados a partir de processos de vincula o social, e o que caracteriza a comunica o   a instaura o desse v nculo.   a partir da  que podemos entender

o preenchimento do comum: O vazio só é preenchido a partir desses vínculos, e eles, por sua vez, só são possíveis devido à comunicação.

A partir disso, o processo de vinculação social pode ser observado na tentativa do projeto de construir outras narrativas de gênero dentro do ambiente religioso. Esse esforço comunicacional de reconfiguração do comum e a tentativa de estabelecer novos modos de vida, pode significar, além da desmistificação de ideias negativas e precipitadas acerca de teorias de gênero, o rompimento de ciclos de violência.

Com isso, é possível perceber a importância do projeto, que, de dentro de uma Igreja Evangélica presente na periferia, busca conscientizar e minimizar a vulnerabilidade de mulheres da sua comunidade e também de outras camadas da sociedade, através da promoção de mobilizações, debates e eventos, como a Jornada Nem Tão Doce Lar. Assim, a Igreja Luterana de São Luís se apresenta como um local seguro para possíveis denúncias e de acolhimento para vítimas de violência, e consegue cumprir sua proposta de se tornar um espaço progressista e inclusivo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na concepção de comunicação como constituição do sujeito, proposta por Muniz Sodré (2014), é possível compreender que o projeto “Em Roda” se configura como uma prática comunicacional que vai além da mediação de informações, atuando na produção de sentidos, na construção de vínculos e na ressignificação de experiências. Inserido em um contexto marcado por desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, o projeto evidencia o potencial da comunicação em promover deslocamentos simbólicos, especialmente ao tensionar discursos naturalizados no âmbito religioso.

Ao emergir de uma organização evangélica, a iniciativa assume um papel contra-hegemônico ao romper com estigmas e silenciamentos historicamente associados à violência doméstica nesses espaços. Ao valorizar a escuta qualificada e a partilha de experiências, o projeto contribui para a construção de novos entendimentos sobre a relação entre fé, gênero e dignidade, reafirmando a possibilidade de uma prática religiosa comprometida com a justiça social.

Entretanto, a experiência também revela que o enfrentamento da violência doméstica no contexto religioso ainda demanda continuidade, aprofundamento e ampliação. Torna-se necessário fortalecer processos formativos e espaços de diálogo que permitam consolidar essas transformações, de modo que iniciativas como o “Em Roda” não sejam pontuais, mas

parte de uma mudança estrutural nas formas de acolhimento e enfrentamento da violência nas comunidades de fé.

## REFERÊNCIAS

ALESSANDRA, Karla. Violência contra a mulher tem recorte de cor e renda, alertam ativistas. *Agência Câmara de Notícias*, 2022. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/871803-violencia-contra-a-mulher-tem-recorte-de-cor-e-renda-alertam-ativistas/>. Acesso em: 24 set. 2025.

AUGUSTO, Asafe. Exposição aponta perfil de vítimas de violência doméstica e revela necessidade no combate à desigualdade de gênero. *Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas*, 2024. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10748-exposicao-aponta-perfil-de-vitimas-de-violencia-domestica-e-revela-necessidade-no-combate-a-desigualdade-de-genero>. Acesso em: 30 set. 2025.

BEZERRA, Ramon. A economia da confiança: tecnologias de comunicação e processos de vinculação social. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, 2019.

BIANCHINI, Alice. Os três contextos da violência de gênero: doméstico, familiar ou relação íntima de afeto. *Jusbrasil*, 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-tres-contextos-da-violencia-de-genero-domestico-familiar-ou-relacao-intima-de-afeto/121814348>. Acesso em: 25 set. 2025.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* Tradução de Fernando Scheibe e Julia Bacha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CUNHA, Rogério; PINTO, Ronaldo. *Violência doméstica: Lei Maria da Penha (11.340/2006) comentada artigo por artigo*. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2023.

FRAGA, Cristina; CARNEIRO, Alessandra. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. São Borja: Universidade Federal do Pampa, 2012.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Ana Luíza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MERCIA, Hionara. Violência doméstica e familiar. *Jusbrasil*, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/violencia-domestica-e-familiar/1328798168>. Acesso em: 30 set. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115–136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SENADO FEDERAL. Pesquisa DataSenado detalha a violência doméstica contra mulheres negras: desigualdades e desafios. *DataSenado*, [s.d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-datasenado-detalha-a-violencia-domestica-contra-mulheres-negras-desigualdades-e-desafios>. Acesso em: 30 set. 2025.

SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.